

Antonio David Cattani

# RICOS, PODRES DE RICOS



Marcavisual | Tomo Editorial

## Sumário

APRESENTAÇÃO	9
A RIQUEZA MISTIFICADA ou A CONSTRUÇÃO DA LEGITIMIDADE	13
Riqueza Substantiva	14
Interessa saber quantos são os verdadeiramente ricos?	17
Quais são os tipos de riqueza?	22
Origens da riqueza	24
A origem mistificada das fortunas	26
A RIQUEZA DESMEDIDA	35
A RIQUEZA COMO PROBLEMA	43
É POSSÍVEL MUDAR?	49
REFERÊNCIAS	55
LEITURAS INDICADAS	57

*There's class warfare, but it's my class, the rich class that's making war, and we're winning.*

A luta de classes existe, mas é a minha classe,  
a classe rica que está fazendo a guerra  
e nós estamos ganhando.

*Warren Buffet, 2ª pessoa mais rica do mundo.  
Fortuna de 75 bilhões de dólares.*

## APRESENTAÇÃO

**U**m espectro ameaça o mundo, é o espectro da riqueza desmedida. Nunca na história da humanidade foi possível gerar tanta riqueza como nas últimas quatro ou cinco décadas. Nunca na história da humanidade a riqueza foi apropriada por tão poucos. Milhões de pessoas trabalham para enriquecer algumas centenas; milhões de trabalhadores desperdiçam parte importante de suas vidas para que poucas centenas de privilegiados possam gozar do bom e do melhor de forma irresponsável e sem merecimento.

Tamanha injustiça deveria deixar as pessoas indignadas. Mas acontece o contrário. Há uma ilusão de que a pobreza e a riqueza são fenômenos sociais separados, enquanto na realidade, na sociedade capitalista, ambas são parte do mesmo processo (pobreza, desigualdade de renda, concentração de renda). Essa perspectiva dificulta a compreensão pelas pessoas prejudicadas. Raras são aquelas que compreendem como contribuem para que os ricos sejam cada vez mais ricos. Os multimilionários possuem poder suficiente para assegurar sua legitimidade, convencendo os explorados de que a riqueza não pode ser distribuída de outra forma, que sempre foi e sempre será assim. Eles conseguem mostrar a riqueza como algo positivo e apresentar o modo de distribuição e produção social vigente como único, como algo natural, como o mais eficaz.

As sociedades podem existir por longos períodos baseadas em situações/regras/convenções injustas. Quando essas são reconhecidas como intoleráveis,

pode haver comoções ou revoltas sociais motivando lutas contra os grupos privilegiados e dominantes. Porém, na contemporaneidade, é mais provável que ocorra uma convulsão econômica e social provocada pelas próprias contradições do sistema, com graves consequências para a maioria das pessoas. A produção de bens e serviços em quantidade crescente gera lucros também cada vez mais importantes, apropriados por um número reduzido de indivíduos. Em outros termos, os muito ricos estão ficando cada vez mais ricos. Alguns poucos estão se apropriando de rendimentos a uma taxa superior àquela do crescimento da economia, isto é, ganhando proporcionalmente mais do que a maioria dos outros agentes econômicos e mais do que os trabalhadores conseguem obter com seu esforço. As distâncias sociais vão se ampliando não apenas em termos de condições de vida e consumo, mas, sobretudo, em termos de posse de rendas e patrimônio, gerando desequilíbrios crescentes.

Caso os ricos reinvestirem na produção, terão ainda mais rendimentos. Caso gastarem de forma improdutivo no luxo suntuoso e estéril, não poderão absorver a quantidade crescente de bens e serviços produzidos. Os não ricos querem aumentar seu consumo, mas não podem fazê-lo porque seu poder de compra é sempre precário, com variações dependendo de políticas públicas favoráveis, como durante os governos Lula e Dilma, ou desfavoráveis, como no governo Temer. O consumo via crédito não altera sua situação. Pelo contrário, pode agravá-la, pois o acréscimo que representam os juros, torna os bens adquiridos ou consumidos mais caros.

As leis da concorrência entre empresas e entre capital e trabalho impedem que os capitalistas possam distribuir os lucros com os demais agentes econômicos e trabalhadores. Seria contra a lógica do sistema os mais ricos pagarem melhor os fornecedores, aumentarem os salários ou fazerem doações caritativas generalizadas.

Sem intervenções estatais que regulem a acumulação do capital e das rendas, a concentração do capital será cada vez mais acelerada. Os desequilíbrios serão maiores e as consequências mais prejudiciais. Como a ganância não tem limites, os grandes capitais e as grandes fortunas se lançam em processos especulativos que aumentam a desordem do sistema. A catástrofe econômica representada pela sequência **recessão** > **estagflação** > **depressão** está no hori-

zonte das possibilidades. A crise tem um custo econômico e humano enorme, mas, com ela, ocorrem processos benéficos a alguns capitalistas, como a destruição de parte do capital que necessita valorização e o enfraquecimento daqueles que lutam por uma melhor distribuição de renda. Se esse desastre não der resultado, existe sempre a possibilidade da guerra, cujas consequências são idênticas: capitais destruídos, força de trabalho e sindicatos debilitados.

De uma forma ou de outra, a concentração de renda afeta a todos os que estão inseridos na economia capitalista. Seus desdobramentos são graves, atentam contra a democracia e impedem a construção de sociedades mais justas e livres. Como veremos, a riqueza concentrada está sempre associada a privilégios e, muitas vezes, ligada a fraudes, corrupção, sonegação e outros crimes, além da velha conhecida exploração do trabalho. Um não rico pode se esforçar muitíssimo mais, vencer adversidades de toda a ordem e, mesmo assim, não receber o reconhecimento ou a remuneração correspondente ao seu empenho. Um rico pode ser um preguiçoso, não trazer nada de útil para a sociedade e, mesmo assim, ser vangloriado recebendo retribuições financeiras indevidas. Para tanto, contribuem as tradições, as religiões e as ideologias contemporâneas, ocultando os métodos escusos utilizados para acumular a riqueza desmedida. Os multimilionários são apresentados como seres superiores, intocáveis, virtuosos e merecedores do respeito e da admiração de todos.

O objetivo desta publicação é abordar questões relevantes da concentração de renda e de suas consequências na vida das pessoas comuns. Ela busca desmistificar a riqueza indicando como fortunas incalculáveis nas mãos de poucos representam privilégios indevidos, tornando o sistema econômico ineficiente e as sociedades injustas. Na primeira parte, serão apresentados dados gerais sobre a desmedida da riqueza concentrada. Na segunda, será abordada a questão crucial da origem das fortunas. Depois, como a riqueza adquire legitimidade social e, por último, como ela pode causar uma série de danos para toda a sociedade. Na conclusão serão apresentadas algumas alternativas ao desastre que ocorrerá se nada for feito.

(DES)PROPORÇÃO:



=



Roberto  
Vargas

## RIQUEZA DESMEDIDA

Desmedido: *Adj. Excessivo, abusivo, exagerado, anômalo, desequilibrado, desproporcional*

**E**m tudo o que diz respeito às relações sociais não é possível estabelecer medidas absolutas, tampouco padrões ou escalas ideais e perfeitas. Isso vale também para a posse da riqueza e para as posições sociais que elas permitem na hierarquia social. Os bens não possuem valor próprio, “natural”, independente das relações sociais e das relações de produção vigentes numa determinada época.

Sendo assim, como é possível falar-se em riqueza desmedida? A partir de qual montante de recursos uma pessoa pode ser considerada rica ou super-rica? Quando se trata do “polo pobreza”, a quantificação dos seus recursos materiais deveria ser, aparentemente, mais fácil. A linha da pobreza é definida por um cálculo aproximado do tipo e do volume de recursos sem os quais uma pessoa não conseguiria sobreviver. Entretanto, mesmo esse patamar básico é de mensuração complexa, pois depende de múltiplos critérios. Trata-se da pobreza material ou social? A classificação considera a privação ou a vulnerabilidade?

De modo geral, a pobreza é conceituada por técnicos de órgãos especializados, sobretudo governamentais, preocupados em identificar os “pobres de verdade” (!) segundo características próprias ou considerando o distancia-



mento dos padrões mínimos da “sociedade normal”, em termos de cidadania, direitos e recursos materiais. Em todos os casos, a imprecisão e o relativismo são muito grandes.

O mesmo vale para o “polo riqueza”. Qual é o volume de dinheiro que um indivíduo precisa possuir para ser classificado como rico ou super-rico? Os milhões de reais ou dólares correspondem a fluxo regular e permanente de rendas ou correspondem a um patrimônio, entendido como a materialização das rendas? Um trabalhador que recebe um salário mínimo pode considerar rico alguém que ganhe 10 salários mínimos. Para este último, rico é alguém que receba o equivalente a, digamos, 100 salários mínimos e assim por diante. Quando se trata da gradação da riqueza o subjetivismo não tem limites e é comum que esse cálculo alimente uma discussão antiga, fútil e irrelevante.

Os verdadeiramente ricos correspondem a 1% ou a 0,1% da população? Se aplicarmos esses percentuais sobre o total da população adulta brasileira teremos 1.500.000 milionários ou “apenas” 150.000? O que significam essas quantidades? Definir um percentual estático não contribui em nada na compreensão da estrutura social. É necessário um cálculo que dê conta das situações relativas que permitam avaliar o significado estrutural da apropriação da renda por uma minoria, corresponda ela a 1%, 0,1% ou mesmo 0,01% da população total.

### **Riqueza Substantiva**

Para responder a essas indagações e dar maior precisão à análise da riqueza desmedida é possível utilizar o conceito de “Riqueza Substantiva”. Ele permite distinguir os verdadeiramente ricos dos outros que, embora capitalistas, estão num outro patamar de riqueza. Por exemplo, um pequeno ou médio empresário que possua, digamos, uma indústria ou um comércio empregando uma dezena de pessoas. Além da empresa, suponhamos que ele seja proprietário de uma residência confortável, de uma casa na praia para lazer, tenha o carro do ano e investimentos financeiros. Comparando à grande maioria das pessoas, ele pode ser considerado um capitalista rico. Mas ele não possui a riqueza substantiva, aquela que permite o exercício efetivo do poder nas suas três dimensões: econômica, política e social.

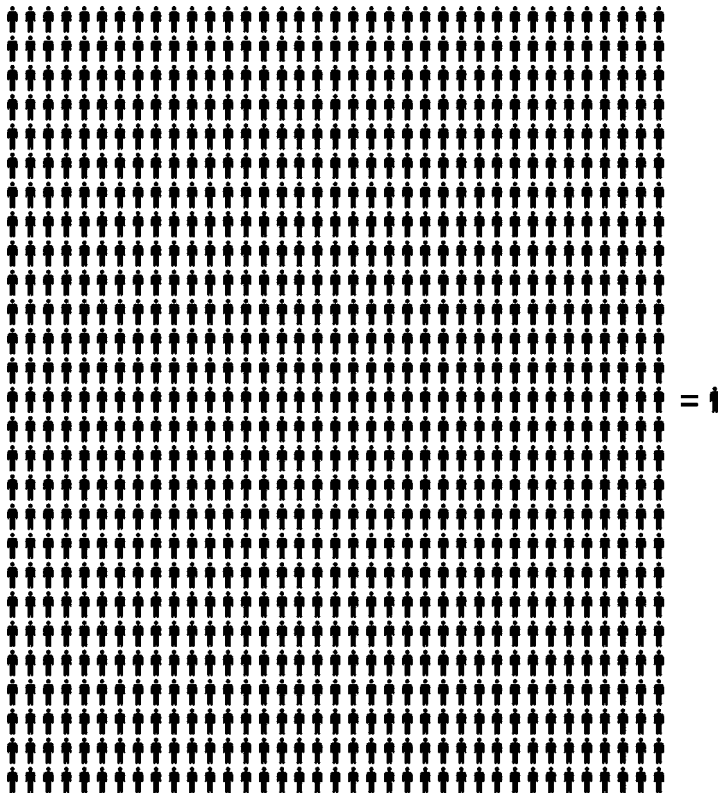
Por definição, a riqueza substantiva está ligada ao capital, não necessariamente produtivo, sendo, em vários casos, mero capital financeiro investido em atividades especulativas e predatórias. O que é sempre decisivo é a **questão da escala** do montante possuído. Fazendo um jogo de palavras, o título deste livro, *Ricos, podres de ricos*, permite expressar essa dimensão: *Ricos, poderes de ricos*. É possível explicar esse poder que a escala da riqueza permite com um exemplo bem simples, comparando duas situações. Imaginemos uma primeira situação na qual um montante de 100 milhões de dólares é dividido entre 1.000 empresários de um mesmo setor. Cada um deles terá domínio sobre 100 mil dólares. A segunda situação corresponde aos mesmos 100 milhões controlados por um único dono.

Os 1.000 empresários dificilmente desenvolverão ações concertadas uma vez que eles são concorrentes entre si. Na situação oposta está o indivíduo que, sozinho, possui os 100 milhões. Ele terá capacidade de determinar preços, eventualmente destruir os concorrentes menores, burlar o fisco, constranger ou subornar o poder público, infundir normas de consumo e, mais grave ainda, praticar atos ilícitos e permanecer impune. De modo geral, a grande mídia dá ênfase aos agentes públicos corruptos, ignorando os corruptores. As notícias sobre as fraudes corporativas são superficiais e apresentadas como casos excepcionais, com poucas ovelhas negras e más no meio de um grande branco e cândido rebanho. Esse esforço de preservar a imagem das grandes corporações é internacional. Na língua inglesa é usada a expressão *a few bad apples* (algumas poucas maçãs podres) para designar a parte estragada dos “puros”. O que está amplamente comprovado é que as fraudes são inerentes às estratégias dos grandes grupos e das grandes fortunas para ampliar seus ganhos em detrimento do bem comum (CATTANI, 2009).

Em resumo, os verdadeiramente ricos são aqueles que controlam a riqueza substantiva, aquela expressa em uma grande quantidade de dinheiro e bens, permitindo que aqueles que a possuem tenham um poder muito acima das outras pessoas, dos outros empresários e até mesmo do próprio Estado. Esse poder não tem origem em elementos abstratos tais como as relações sociais com pessoas influentes, por serem mais cultos ou educados, por terem mais prestígio ou status. Esse poder está fundamentado em elementos bem concre-

tos (meios de produção, dinheiro, propriedades e patrimônio), assegurando posições de força nas esferas econômicas, políticas e sociais.

Apenas a título indicativo, podemos ter como referência o percentual de 0,1% dos indivíduos adultos, 0,1% cujas ações econômicas e políticas são mais importantes que os restantes 99,9%.



A imagem acima ilustra a desproporção. Cada pictograma corresponde a uma pessoa. Somando-se os recursos pertencentes a 1.000 indivíduos na proporção efetiva de todas as classes sociais, chega-se ao mesmo montante do que dispõe apenas um indivíduo. Esse tipo de representação gráfica é, entretanto, enganosa, pois simplifica a diversidade de situações. Os primeiros 1.000 não compõem um conjunto homogêneo em termos econômicos, muito menos em termos ideológicos e políticos. Não se trata, de forma alguma, de um confron-

to, 1.000 contra um. Entre os 1.000 encontram-se segmentos da classe média, um número impreciso de emergentes e um grande número de pequenos empresários estreitamente identificados com as posições do multimilionário, o restante sendo trabalhadores e pessoas pobres.

### **Interessa saber quantos são os verdadeiramente ricos?**

Voltando à questão do número de verdadeiramente ricos, pode-se afirmar que não é necessário quantificá-los com precisão. Sejam eles 50.000 ou 150.000 indivíduos, o mais importante a destacar é que eles representam uma parcela extremamente diminuta da população. Definir um percentual estático não contribui muito para compreendermos a estrutura social. É necessário quantificar os ricos e poderosos de maneira a estabelecer como isto está relacionado com as formas de apropriação da renda pelas minorias poderosas. Pouquíssimos dados oficiais são disponíveis. Entre eles, estão as informações provenientes da Receita Federal divulgadas em 2015 referentes às declarações do imposto de renda das pessoas físicas de 2013. Naquele ano, 71.440 pessoas declararam rendimentos líquidos mensais superiores a 160 salários mínimos (em 2017 correspondendo a R\$ 150.000,00). Eles declararam um patrimônio líquido de R\$ 1,2 trilhão. Seus rendimentos atingiram R\$ 297 bilhões em 2013 ou 14% de toda a renda declarada por mais de 26 milhões de pessoas que fizeram a declaração do imposto de renda. Eles corresponderiam ao topo da pirâmide social brasileira, algo próximo a 0,05% da população economicamente ativa. Essas informações indicam que os verdadeiramente ricos constituem uma parcela ínfima do total embora se apropriando de parte substancial da renda nacional. Mais grave ainda é o fato das rendas e patrimônio estarem subestimados. As declarações de patrimônio guardam valores da época do seu lançamento, não tendo sido nunca reajustados pela inflação. Por exemplo, um proprietário declara um imóvel no valor histórico de R\$ 10 mil que pode ter se valorizado e a preço de mercado atualizado valer R\$ 10 milhões. Da mesma forma as rendas, sabidamente subdeclaradas e não somadas aos valores ganhos que circularam nos paraísos fiscais.

Mais importante do que quantificar exatamente quantos são é identificar **quem são os verdadeiramente ricos e qual a origem das suas fortunas**. Essa

tarefa é extremamente complexa por várias razões. Em primeiro lugar, porque os verdadeiramente ricos não têm interesse em aparecer. Existem revistas populares que se especializaram em divulgar as vidas de alguns milionários, suas festas, propriedades etc., mesclando essas informações com fofocas sobre casos amorosos e outras banalidades. De modo geral, o que é divulgado são os aspectos superficiais, mundanos ou claramente promocionais dos falsos ricos, aqueles que buscam o reconhecimento social de forma narcisisticamente grosseira. Raramente são feitas referências às fontes da riqueza e, como parte desse segmento tem trajetórias econômicas suspeitas, vez ou outra eles são flagrados pela Receita Federal ou pela Polícia Federal, somem com a mesma rapidez do seu aparecimento público.

Em segundo lugar, entre os ricos em evidência aparecem artistas do *show business*, cantores, astros da TV, jogadores de futebol e outros esportistas. Pode acontecer que alguns desses personagens tenham conquistado prestígio público e fortuna graças ao verdadeiro talento. Pode também acontecer que sejam simplesmente marionetes de grandes negócios promovidos por empresas, sua exposição fazendo parte das estratégias de marketing empresarial. Nesses casos é comum que sua importância seja efêmera, poucos conseguindo transformar os ganhos econômicos passageiros em riqueza substantiva duradoura. De todo modo, a mistura entre artistas talentosos e ricos famosos serve para reforçar a falsa meritocracia.

O terceiro problema na identificação precisa dos ricos é que, em muitos casos, as fortunas estão subestimadas. Como já foi dito, os verdadeiramente ricos não têm interesse em aparecer como tal perante a sociedade. As razões podem ser relacionadas ao medo de sequestros, à discrição necessária para não atrair a atenção da Receita Federal e, em alguns casos, a estratégias econômicas. Em algumas circunstâncias, o fato de não ser conhecido como alguém nadando em dinheiro permite fazer negócios em condições mais vantajosas. A subestimação também decorre do ocultamento das fortunas. Por exemplo, magnatas muitas vezes têm suas fortunas espalhadas em intrincadas estruturas acionárias envolvendo holdings, empresas de fachada, sucursais no exterior etc. Como revelaram escândalos tais como os dos bancos HSBC, UBS, os vazamentos de informações do LuxLeaks e dos Panama Papers, a utilização

de contas secretas e paraísos fiscais reforçam esses estratagemas. O “modesto milionário” pode, na verdade, ter centenas de milhões de dólares aplicados escondidos dos controles fiscais.

PARAISOS FISCAIS. Paraísos fiscais não são lindas e paradisíacas ilhas no Caribe, apesar de muitos deles estarem ali localizados. Eles são “paraísos” para o capital financeiro, lugares com baixa ou nenhuma taxa, protegidos da curiosidade alheia – leia-se administrações tributárias e autoridades policiais – e ao abrigo das regulamentações a ele impostas pelos demais países. Este capital busca circular por esses “locais paradisíacos” para fugir de suas obrigações tributárias em outros lugares ou também para fugir de outras regulamentações financeiras. É um capital “mais esperto” que os demais, pois escapa às regras do mercado, subtraindo-se, entre outros, ao dever de financiar as despesas dos Estados. (OLIVEIRA, 2016, p. 97)

Considerando essas ressalvas, podemos agregar um elemento essencial para identificar o núcleo decisivo dos super-ricos, qual seja, a posse ou o controle do capital em volumes nitidamente superiores aos demais capitalistas. Assim, o grupo será composto por:

- Grandes acionistas controladores de megacorporações ou *holdings* multinegócios de todos os setores;
- Banqueiros;
- Grandes latifundiários reciclados no agronegócio, frequentemente com atividades internacionais;
- Barões da grande mídia; Barão é uma posição menor no ranking da nobreza. Para corresponder ao que se observa no Brasil, seria melhor denominá-los Supremos Imperadores da grande mídia;
- CEOs – *Chief Executive Officers* – altos executivos de grandes empresas não necessariamente acionistas majoritários,

mas com salários estratosféricos e com poder de comando acima dos demais proprietários;

- Rentistas e especuladores vinculados às altas finanças frequentemente também atuando em escala internacional;
- Herdeiros parasitários dos grupos anteriores. Esses não são atuantes nos negócios, mas possuem prepostos que defendem encarniçadamente seus interesses.

É necessário destacar mais algumas ressalvas. Esses grupos não correspondem a uma classe social coesa compondo uma oligarquia, o que pressuporia total identidade, união e mobilização coletiva a partir de interesses homogêneos e articulados na esfera do Estado. Eles são mais especificadamente plutocratas.

PLUTOCRACIA – do grego *Ploutos* (riqueza) e *Kratos* (poder), literalmente o “domínio dos ricos”. Plutocracia se distingue da oligarquia (governo de poucos). Ele não designa uma forma institucionalizada de governo, mas, antes, o exercício do poder decisivo por um grupo restrito de pessoas riquíssimas, não necessariamente articuladas de forma orgânica, gozando de privilégios exclusivos e tendo a capacidade de preservar por todos os meios seus interesses. Como forma facciosa do exercício do poder, plutocracia é um conceito eticamente negativo que corresponde a práticas antidemocráticas, ilegítimas e prepotentes.

Eles podem, (o verbo está no condicional, pois trata-se sempre de uma possibilidade) constituir uma classe, sobretudo quando se trata de lutar contra os inimigos comuns (sindicatos, governos progressistas, movimentos sociais diversos). Entre si, eles são os “irmãos inimigos”, concorrentes na luta constante pela apropriação dos resultados da produção social.

Escolhemos apenas um exemplo concreto de cada grupo como base da análise que será feita a seguir. Os nomes escolhidos são figuras públicas, não protegidas pelo anonimato.

- Filhos de Roberto Marinho e herdeiros da Rede Globo – a maior e mais poderosa rede de comunicações brasileira. Somadas, as fortunas dos três irmãos atingem 24 bilhões de dólares.
- Jorge Paulo Lemann – CEO da 3G Capital. Cidadão suíço-brasileiro. Sócio controlador de dezenas de megacorporações empregando milhares de trabalhadores. Fortuna avaliada em mais de 27 bilhões de dólares.
- Joseph Safra – Proprietário do Banco Safra. Listado como o segundo brasileiro mais rico. Patrimônio estimado em 17 bilhões de dólares.
- Blairo Maggi – Proprietário da Amaggi, trading com atividades agrícolas, navegação, sementes e energia. Duas vezes governador do Mato Grosso, senador pelo mesmo estado e Ministro da Agricultura do governo Temer. A fortuna da família monta a vários bilhões de dólares.

